



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2020-CLC/PGE

PROCESSO Nº 00052/PGE/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2020

VALIDADE: 12 (doze) meses

HIPÓTESE PARA A ADOÇÃO DO SRP: Incisos I, II e III do Art. 3º, do Decreto Estadual n.º 3.182/2016;

A **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 00.394.577/0001-25, com sede na Avenida Antônio Coelho de Carvalho, n.º 396, Centro, CEP: 68.900-015, na cidade de Macapá/AP, neste ato representada por seu Procurador-Geral **NARSON DE SÁ GALENO**, nomeado pelo Decreto n.º 0024, publicado no DOE de 02/01/2015, inscrito no CPF sob o n.º 658.097.774-49, portador da Carteira de Identidade n.º 025.851 – AP (2ª via); ou por seu Subprocurador-Geral **THIAGO LIMA ALBUQUERQUE**, nomeado pelo Decreto n.º 0224, publicado no DOE de 14/01/2019, inscrito no CPF sob o n.º 879.347.953-00, portador da Carteira da OAB n.º 1676-B – OAB/AP ou pelo Subprocurador-Geral Adjunto **DIEGO BONILLA AGUIAR DO NASCIMENTO**, nomeado pelo Decreto n.º 0363, publicado no DOE de 25/01/2019, inscrito no CPF sob o n.º 221.086.058-00, portador da Carteira da OAB n.º 1533-B – OAB/AP, considerando a homologação da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica nº 016/2020-CLC/PGE, constantes nos autos do processo administrativo SIGA n.º 00052/PGE/2019, **RESOLVE**: registrar os preços da empresa indicada e qualificada na Ata de Registro de Preços nº 042/2020-CLC/PGE, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas especificações e quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às disposições do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal; Lei n.º 10.520/2002; Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014; Lei Complementar Estadual n.º 108/2018; Decreto Federal n.º 8.538/2015; Decreto Federal n.º 10.024/2019; Decreto Estadual n.º 2.648/2007; Decreto Estadual n.º 3.182/2016; Decreto Estadual n.º 3.183/2016; Decreto Estadual n.º 3.184/2016; Decreto Estadual n.º 3.313/2016; Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações posteriores, bem como na legislação correlata e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a formação de **Registro de Preços para Aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos e eletroeletrônicos), a fim de atender as necessidades dos órgãos e entidades que integram a Administração Pública do Estado do Amapá**, conforme condições, especificações e quantitativos constantes no Anexo I – Termo de Referência – que integra o Edital e seus anexos, independente de transcrição.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a proceder às contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a compra pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. (Art.18 do Decreto Estadual n.º 3.182/2016 c/c o §4º do art.15 da Lei n.º 8.666/93).

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que se seguem:



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO



LOTE 34						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	Und	Marca	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Projektor Benq MS550 Marca: BENQ Modelo: MS550 Fabricante: BENQ Procedência: NACIONAL	und	Benq	61	2.282,90	139.256,90
LOTE 34.1						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	Und	Marca	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Projektor Benq MS550 Marca: BENQ Modelo: MS550 Fabricante: BENQ Procedência: NACIONAL	und	Benq	20	2.282,90	45.658,00
LOTE 35						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	Und	Marca	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Projektor Benq MX611 Marca: BENQ Modelo: MX611 Fabricante: BENQ Procedência: NACIONAL	und	Benq	62	3.454,66	214.188,92
LOTE 35.1						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	Und	Marca	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Projektor Benq MX611 Marca: BENQ Modelo: MX611 Fabricante: BENQ Procedência: NACIONAL	und	Benq	15	3.454,66	51.819,90
LOTE 36						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	Und	Marca	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Projektor Epson 2055 Marca: EPSON Modelo: 2055 Fabricante: EPSON Procedência: NACIONAL	und	Epson	119	9.326,05	1.109.799,95
LOTE 36.1						

Coordenadoria de Licitação – CLC/PGE

Endereço: Av. Antônio Coelho de Carvalho, 396, Centro, Macapá/AP

Telefone: (96) 3131 – 2839, E-mail: coordlicit@pge.gov.br



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO



ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	Und	Marca	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Projektor Epson 2055 Marca: EPSON Modelo: 2055 Fabricante: EPSON Procedência: NACIONAL	und	Epson	04	9.326,05	37.304,20
LOTE 58						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	Und	Marca	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	TV 50" Philips 50PUG6654 Marca: PHILIPS Modelo: 50PUG6654 Fabricante: ENVISION Procedência: NACIONAL	und	Philips	177	1.945,73	344.394,21
LOTE 58.1						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	Und	Marca	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	TV 50" Philips 50PUG6654 Marca: PHILIPS Modelo: 50PUG6654 Fabricante: ENVISION Procedência: NACIONAL	und	Philips	58	1.945,73	112.852,34
LOTE 60						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	Und	Marca	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	TV 40" Panasonic TC-40FS500B Marca: PANASONIC Modelo: TC-40FS500B Fabricante: ENVISION Procedência: NACIONAL	und	Panasonic	111	1.507,33	167.313,63
LOTE 60.1						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	Und	Marca	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	TV 40" Panasonic TC-40FS500B Marca: PANASONIC Modelo: TC-40FS500B Fabricante: ENVISION Procedência: NACIONAL	und	Panasonic	36	1.507,33	54.263,88



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO



LOTE 66						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	Und	Marca	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Benq MS550 com Dong Wifi QCAST Marca: BenQ Modelo MS550 Procedência: Nacional Fabricante: BenQ	und	Benq	533	2.768,32	1.475.514,56
LOTE 66.1						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	Und	Marca	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Benq MS550 com Dong Wifi QCAST Marca: BenQ Modelo MS550 Procedência: Nacional Fabricante: BenQ	und	Benq	46	2.768,32	127.342,72
LOTE 68						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	Und	Marca	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Estabilizador Ragtech Side Way 500VA Marca: RAGTECH Modelo: Side Way 500VA Fabricante: RAGTECH Procedência: NACIONAL	und	Ragtech	2047	185,63	379.984,61
LOTE 68.1						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PRODUTO	Und	Marca	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	Estabilizador Ragtech Side Way 500VA Marca: RAGTECH Modelo: Side Way 500VA Fabricante: RAGTECH Procedência: NACIONAL	und	Ragtech	130	185,63	24.131,90
Valor Total dos Lotes					R\$ 4.283.825,72	

2.2. O fornecedor classificado é o seguinte:



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**



CLC/PGE - Proc. nº
00052/PGE/2019

Fis. _____

Rub.: _____

1º Classificada – Empresa detentora da ARP		
Razão Social: VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA - EPP	CNPJ: 21.997.155/0001-14	
Endereço: SHCGN CR QD 702/703 S/N – BLOCO “A” LOJA 47 PARTE GL Bairro: Asa Norte		
Cidade: Brasília	UF: DF	CEP: 70.720-610
Telefone: (61) 3046 - 9990 (61) 3046-9985		
Endereço Eletrônico: licitacao@vixbot.com.br vixbot@vixbot.com.br		
Representante: Carlos Alberto Moreira		
RG n.º Órgão Expedidor/UF: 830004 SSP - DF	CPF n.º 480.361.101-72	

2.3. Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o objeto registrado nesta Ata pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, esta integrará o **Cadastro Reserva**, consoante os incisos I e III, §2º do art.13 do Decreto Estadual n.º 3.182/2016, no Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA (Decreto n.º 3.313/2016).

2.4. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, salvo o disposto nos artigos 19 a 21 do Decreto Estadual n.º 3.182 /2016.

2.5. Aceitaram a fornecer o objeto registrado nesta Ata pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, os seguintes fornecedores:

Empresa	Item
NÃO HOUVE INTERESSADOS	-

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

3.2. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II do art.65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art.65 da Lei n.º 8.666/93.

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços será a Procuradoria-Geral do Estado, que exercerá suas atribuições por intermédio da Central de Licitações e Contratos – Coordenadoria de Sistema de Registro de Preços.

4.2. São participantes os seguintes órgãos:

4.2.1. Instituto de Terras do Estado do Amapá – AMAPÁ TERRAS ;

4.2.2. Corpo de Bombeiros Militar do Amapá - CBMAP;

4.2.3. Controladoria Geral do Estado - CGE;

4.2.4. Delegacia Geral da Polícia Civil - DGPC;

4.2.5. Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Amapá - DIAGRO;

Coordenadoria de Licitação – CLC/PGE

Endereço: Av. Antônio Coelho de Carvalho, 396, Centro, Macapá/AP

Telefone: (96) 3131 – 2839, E-mail: coordlicit@pge.gov.br



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**



- 4.2.6. Gabinete do Governador - GABGOV;
- 4.2.7. Procuradoria Geral do Estado - PGE;
- 4.2.8. Polícia Militar do Estado do Amapá - PMAP;
- 4.2.9. Polícia Técnico-Científica - POLITEC;
- 4.2.10. Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP;
- 4.2.11. Secretaria de Estado da Administração - SEAD;
- 4.2.12. Secretaria de Estado de Educação - SEED;
- 4.2.13. Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ;
- 4.2.14. Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINF;
- 4.2.15. Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública - SEJUSP;
- 4.2.16. Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA;
- 4.2.17. Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN;
- 4.2.18. Secretaria de Estado da Saúde - SESA;
- 4.2.19. Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia – SETEC;
- 4.2.20. Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão – SIAC, e;
- 4.2.21. Gabinete do Vice-Governador – VICEGOV

5. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1. Nos termos do art. 24 do Decreto n.º 3.182/2016, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.
- 5.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 5.3. O quantitativo decorrente das aquisições ou contratações adicionais não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Central de Licitações e Contratos – CLC/PGE e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 5.4. De acordo com o art. 24, § 5º do Decreto Estadual n.º 3.182/2006, após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 6.1. O Órgão Gerenciador, além dos incisos consignados no art.5º do Decreto Estadual n.º 3.182/2016, obriga-se a:
 - 6.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços - ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do detentor da Ata, o preço, e as especificações do objeto registrado, observada a ordem de classificação indicada na licitação;



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**



CLC/PGE - Proc. nº
00052/PGE/2019

Fls. _____

Rub.: _____

6.1.2. Observar para que, durante a vigência da presente ARP, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

6.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

6.1.4. Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na Ata;

6.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na ARP.

7. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES PARTICIPANTES

7.1. Cabe aos órgãos e as entidades participantes, além dos incisos consignados no art.7º do Decreto Estadual n.º 3.182/2016, o que se segue:

7.1.1. Deverão tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços – ARP, inclusive de eventuais alterações para o correto cumprimento de suas disposições;

7.1.2. Designar o gestor do contrato, a quem compete zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações contratualmente assumidas, inclusive pela solicitação de aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, aos fornecedores e aos prestadores de serviço;

7.1.3. Promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação dos beneficiários, os quantitativos disponíveis e os preços a serem praticados;

7.1.4. Informar ao órgão gerenciador a eventual recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas no edital e firmadas na Ata de Registro de Preços - ARP, as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens licitados, bem como a recusa em assinar o contrato para fornecimento de bem ou prestação de serviços e;

7.1.5. Aplicar, observada a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ARP

8.1. A Adjudicada detentora da ARP, além das disposições contidas no Termo de Referência, anexo I do Edital, obriga-se a:

8.1.1. Providenciar a atualização imediata dos números de telefone e fax, bem como o endereço de e-mail sempre que houver alterações destes;

8.1.2. Indicar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, um novo preposto, por intermédio de carta endereçada a esta Central de Licitações, nas ocasiões em que houver a substituição daquele anteriormente indicado na proposta definitiva de preços (Anexo II do Edital);

8.1.3. Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, quanto à aceitação ou não da execução dos serviços a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a Ata, conforme **item 5.1.**

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Com fundamento no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e Art. 29 do Decreto Estadual nº 2.648/2007, **ficará impedida de licitar e contratar com o Estado do Amapá** e será descredenciada do cadastro de



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO



forneecedores, pelo **prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo demais cominações legais, a CONTRATADA que:

- a) Não mantiver a proposta;
- b) Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido, não aceitar ou retirar a nota de empenho;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Fornecer material que não atenda à especificação exigida no edital;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

9.2. Para os fins da alínea "h", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos Arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, **inexecução parcial ou inexecução total das obrigações**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

a) Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;

c) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto e pela recusa em retirar a Nota de Empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente, e sem prejuízo da aplicação de outras sanções legalmente previstas;

d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual da alínea anterior, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

e) Suspensão temporária de participar em licitação, pelo prazo de até **02 (dois) anos**, em relação ao órgão da administração ou entidade Contratante que a aplicou;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

9.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5. As sanções previstas nas alíneas “a”, “e” e “f” do item 9.3 desta Seção poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste instrumento realizar-se-á mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o rito previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e, subsidiariamente, o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 9.784/1999, sendo competência do órgão Gerenciador o processamento das penalidades.

9.7. Em atenção ao princípio da proporcionalidade, na estipulação das sanções, a autoridade competente, deverá considerar a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas;

9.8. A CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo à eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no Art. 45 da Lei nº 9.784/1999.

9.9. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

9.10. Aplicada à penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas condições dos itens 9.08 e 9.09, a licitante será notificada para efetuar o recolhimento do seu valor, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação.

9.11. As situações dispostas no art. 78 da Lei 8.666/93 poderão ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

10.1. O detentor da Ata de Registro de Preços, assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

10.1.1. Descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Não retirar a Nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

10.1.3. Não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese deste se apresentar superior aos praticados no mercado;

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002;

10.1.5. Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

10.1.6. A pedido do detentor da Ata, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

11. DA PUBLICIDADE

11.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no órgão da Imprensa Oficial do Estado, conforme o disposto no § 3º do art. 13 do Decreto Estadual n.º 3.182/2016.



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**



12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico nº 016/2020-CLC/PGE** e as propostas, com preços, quantidades e especificações;

12.2. As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

12.3. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Macapá, Estado do Amapá, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.4. Na contagem de todos os prazos estabelecidos nesta Ata excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

12.5. Só se iniciam e vencem os prazos referidos acima em dia de expediente administrativo.

12.6. Se o vencimento cair em dia que não houver expediente administrativo, os prazos de que trata o subitem **12.4** serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Macapá-AP, 03 de dezembro de 2020.

Procurador - Geral

**Carlos Alberto Moreira
Representante Legal da Beneficiária da ARP
VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA –
EPP**